

REGRESSO AO VALE DO CÔA

Notas sobre o Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa*

por

Monteiro Pinho**

*"Em 1996 o homem decidiu regressar ao Vale do Côa.
Trazia na bagagem os últimos instrumentos da sua civilização.
Propunha-se compreender o passado e construir um novo futuro".*

Excerto de uma crónica imaginária

1. Desertificação Humana

Um conhecido analista político, hoje adversário activo da regionalização, dizia qualquer coisa como isto: que a regionalização era um "bluff" porque não iria impedir a desertificação do interior.

Sendo a *fixação* das populações um dos principais objectivos da regionalização, se isso porventura se viesse a passar, teríamos que concluir, não que, à partida, esta reforma administrativa *não servia*, como pretendia o analista, mas que tinha falhado.

VILA NOVA DE FOZ CÔA - D E M O G R A F I A -

	50	60	70	80	90	
CONCELHO	17.116	16.209	10.019	11.251	8.658	50%
V. N. FOZ CÔA	4.120	4.129	2.439	3.710	2.879	70%
RESTANTES FREG.	12.996	12.080	7.580	7.541	5.779	44%

Fonte: EDP - DOEH - Março 1992.

* Texto elaborado a partir da intervenção proferida no debate sobre o "Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa", em Foz Côa, no dia 27 de Julho de 1996.

** Presidente da APRIL - Associação Política Regional e de Intervenção Local (Porto).

VILA NOVA DE FOZ CÔA
- E S T R U T U R A E C O N Ó M I C A -

SECTORES	70	90
PRIMÁRIO	60%	70%
SECUNDÁRIO	13%	11%
TERCIÁRIO	27%	19%

Fonte: EDP - DOEH - Março 1992.

Ora é precisamente esta a questão central do presente programa: contribuir para travar a desertificação humana.

E, à semelhança do que se passa com a regionalização, poderemos dizer que falhou se não atingir este objectivo.

2. Pólos de Desenvolvimento

Há cerca de 40 anos (1955/57) François Perroux influenciou decisivamente o pensamento económico com a ideia dos “pólos de desenvolvimento”:

– Grupos de actividades e de unidades integradas que são ponto de aplicação de inovações sucessivas e dão origem a *economias (monetárias externas)* e a *efeitos reais*.

Estes últimos eram os mais importantes:

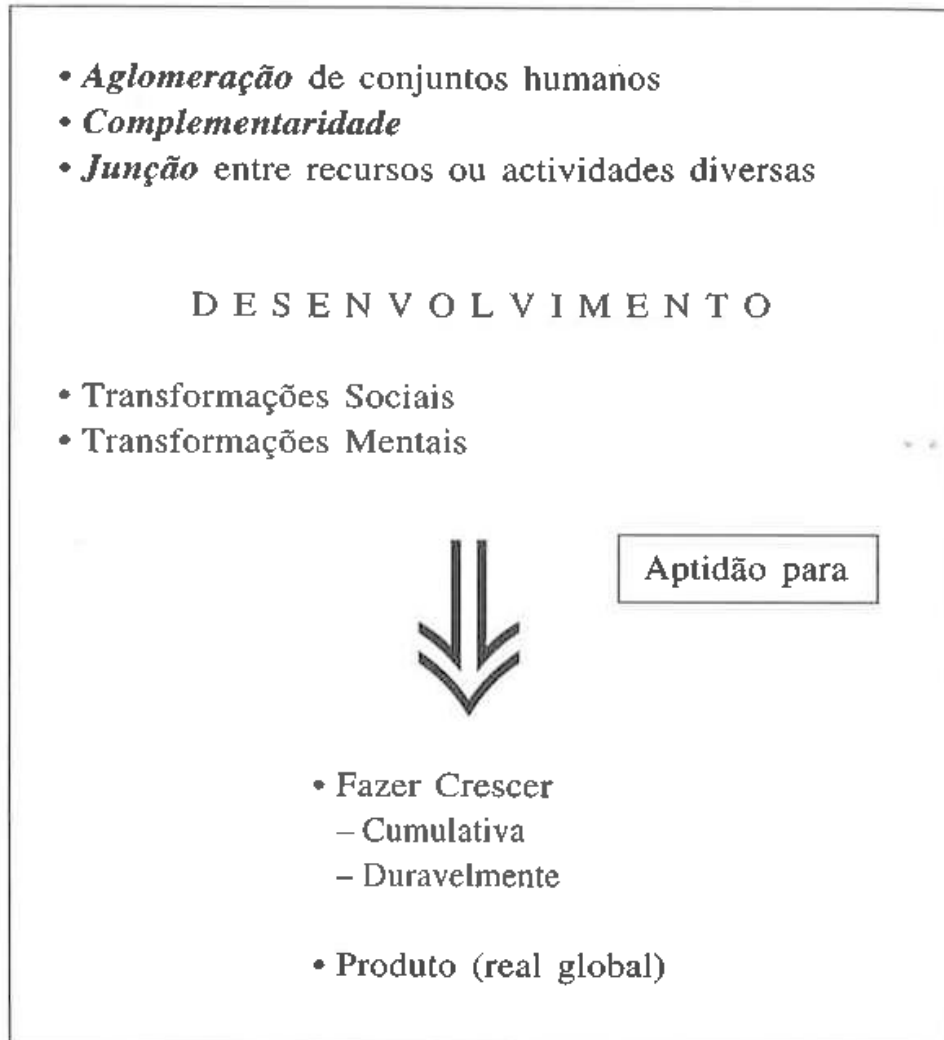
- *Aglomeración* de conjuntos humanos;
- Efeitos de *complementaridade*;
- Efeitos de *junção* entre recursos ou actividades diversas.

Devemos reter a ideia, pois ela é a chave da avaliação a fazer quando se trata de Programas deste tipo.

E será também útil, com o mesmo fim, lembrar a própria definição de desenvolvimento de Perroux:

“Combinação de transformações *sociais* e *mentais* de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativa e duravelmente, o seu produto real global”.

**PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO
- EFEITOS REAIS -**



3. Bacia Hidrográfica do Douro

Por outro lado, será também de ter em linha de conta, na nossa análise, que um grande número dos vectores de desenvolvimento não será específico de sub-região abrangida pelo Programa, mas comum a toda a Bacia Hidrográfica do Douro (estamos a falar de 97.600 km²), pese embora a existência de dois pólos industriais de relativa importância (Valladolid e Porto).

Darei o exemplo de alguns que me parecem ser óbvios:

- A navegabilidade do rio;
- A melhoria do meio rural e das suas redes viárias, respeitando sempre a sua integração no meio ambiente;

- A redução e a reciclagem dos resíduos
- O embelezamento dos núcleos turísticos
- A restauração e a conservação do seu importante património arqueológico e monumental
- A recuperação da paisagem rural emblemática
- A promoção de indústrias que minimizem o impacte ambiental
- A implementação da denominação de origem dos seus produtos naturais
- O relançamento do artesanato rural

4. Lógica do Programa

A lógica interna do programa passa por duas fases:

- Avaliação
- Execução

A nível da avaliação, procede-se a um *inventário* sócio-económico, indicam-se as *potencialidades* e listam-se as *carências*.

P.D.I.V.C. - AVALIAÇÃO -

1. INVENTÁRIO (SÓCIO-ECONÓMICO)

- *Património*: Natural, Histórico, Arqueológico
- Potencialidades Termas
- *Agricultura*: Vinho, azeite, amêndoa, etc...
- Artesanato, etnografia

2. POTENCIALIDADES

- Protecção e valorização do património
- Valorização e promoção dos produtos agrícolas
- Exploração do posicionamento geográfico

3. CARÊNCIAS

- Pólo Urbano
- Acessibilidades (Estradas)
- Equipamentos e infra-estruturas
(Alojamento, abastecimento de água, saneamento, caminhos rurais, etc.)
- Educação

De destacar aqui duas vertentes que revelam a *boa qualidade* do trabalho feito:

- A inclusão nas potencialidades da “exploração do posicionamento geográfico”, o que implica não só uma correcta visão geoestratégica mas também uma especial sensibilidade ao significado da interioridade e às virtualidades do desenvolvimento transfronteiras.

- A referência, ao nível das *carências*, a um pólo urbano de razoável dimensão, sem preocupações inúteis de localização concreta.

A ideia de que esse pólo é necessário *no interior* da área abrangida pelo plano decorre do conhecimento de que, sem ele, não é possível a *interdependência equilibrada* entre os diversos sectores de actividade económica: há uma “massa crítica” *mínima* para permitir a fixação da indústria e dos serviços (educação incluída).

A nível de *execução*, o relevo vai para as intervenções estruturantes:

P.D.I.V.C.

- EXECUÇÃO -

(Intervenções estruturantes)

1. PARQUE ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CÔA

2. EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS

- Juventude
- Turismo
- Agricultura e Produção Agro-Alimentar
- Educação

- Acessibilidades (Estradas)
- Ambiente e Recursos Naturais

3. ACÇÕES ESPECÍFICAS

- Núcleos Urbanos
- Dinamização Económica (Micro-Empresas)
- Centros Rurais
- Turismo
 - Recuperação do Caminho de Ferro
 - Aglomerados Ribeirinhos, Aldeias Históricas
 - Circuitos histórico-culturais
 - Rede de Aldeias do Côa

- Parque Arqueológico do Vale do Côa
- Equipamentos e Infra-estruturas
- Acções específicas

Quanto à organização dos meios de decisão, apoio técnico e avaliação, decorre naturalmente da actual arquitectura do Estado português.

Ou seja: Assume-se com frontalidade que estas estruturas são extensões do poder central, correspondendo a um mero processo de *desconcentração*.

Justificam-se apenas dois reparos:

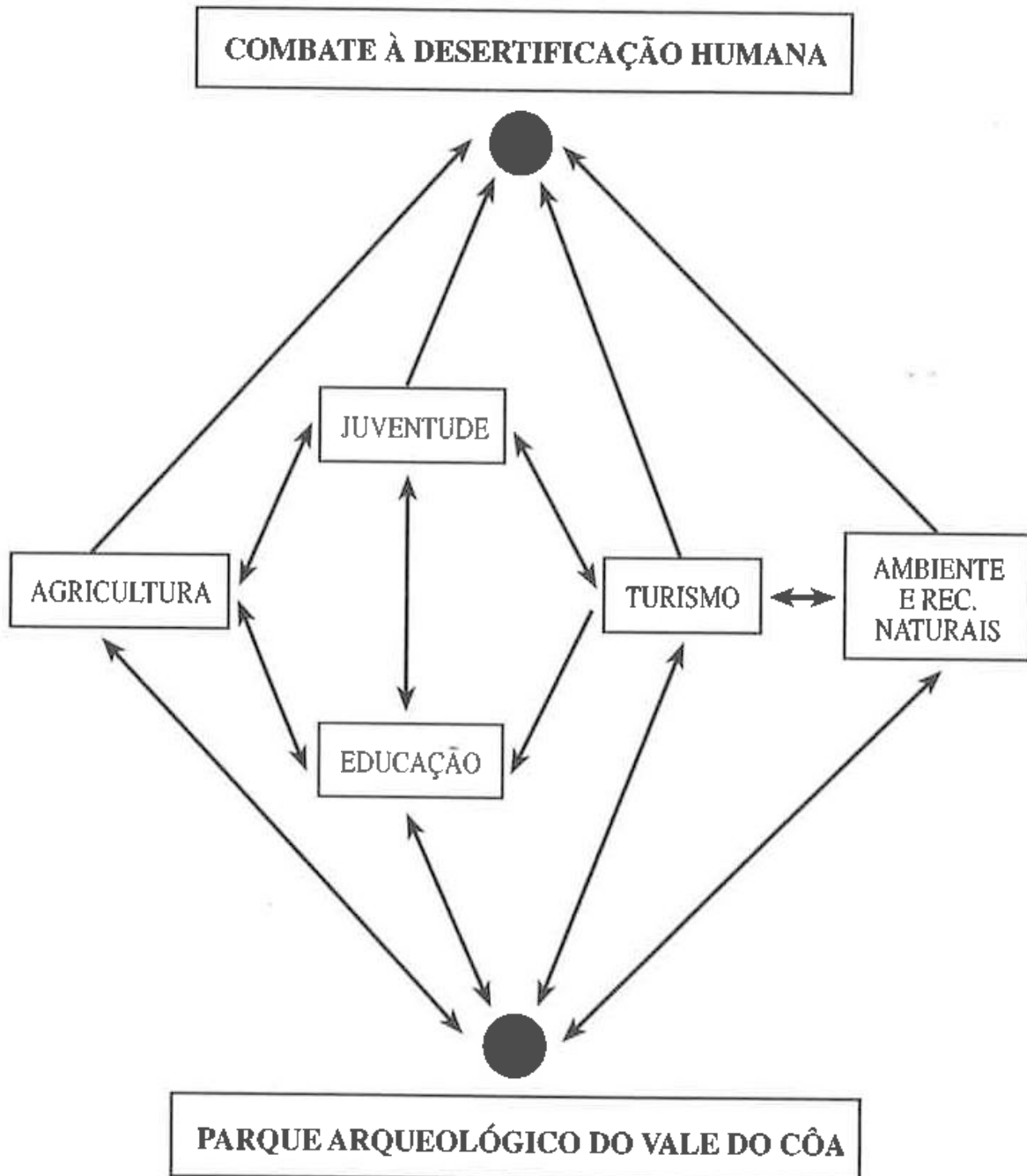
1º Se o Governo está empenhado num processo de regionalização, esta seria uma boa oportunidade para *institucionalizar o diálogo* entre uma extensão do poder central e os interesses organizados da sociedade civil, fazendo-os intervir a nível da decisão.

2º A primeira avaliação, apenas em 1998, parece demasiado tardia para um programa que tem três anos de duração prevista.

5. Modelo de Desenvolvimento Subjacente

Feito este trajecto, temos agora possibilidades de compreender o modelo de desenvolvimento subjacente ao Programa:

MODELO DE DESENVOLVIMENTO
- E S Q U E M A -



Parte-se de um *factor de desenvolvimento* com elevadas potencialidades — o Parque Arqueológico do Vale do Côa — para accionar *outros factores* já existentes (*Património natural e histórico, agricultura, artesanato, etnografia...*) e *provocar* o aparecimento de *novos factores*, para os quais terão de se criar as necessárias infraestruturas: Juventude, Educação, Turismo.

A *interacção* entre este conjunto de factores é, também potencialmente, *muito elevada*.

O resultado final será fixar as populações, travando a desertificação humana.

6. Condições de Sucesso

Convirá de passagem *sublinhar* dois pontos:

1º O recurso à actividade industrial (*indústria extractiva, transformadora*) não é *indispensável* para obter um estrutura económica equilibrada. Bastará que os restantes sectores mantenham entre si fortes relações de *complementaridade*.

Aliás, não seria possível anular nem sequer atenuar os fortíssimos desequilíbrios existentes na Região Norte a nível da actividade industrial.

ACTIVIDADE INDUSTRIAL - N O R T E D O M O N D E G O -

PORTO	± 50%
AVEIRO	± 20%
BRAGA	± 20%
COIMBRA	± 7%
5 DISTRITOS*	± 3%

* Bragança, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

2º Planos de curto prazo — como o Programa de Desenvolvimento do Douro ou o sub-programa que o P.D.I.V.C. constitui — tendem a esquecer que, mais importante do que o apoio financeiro, é o apoio técnico, sem o qual não é de esperar que surjam iniciativas em novas áreas de actividade.

Daí uma hierarquização lógica das *condições de sucesso*:

P.D.I.V.C.
- CONDIÇÕES DE SUCESSO -

1. ACTUAÇÃO DOS PRINCIPAIS INTERVENIENTES

- Coordenador do Programa
- Municípios Envolvidos
- Director do Parque Arqueológico
- Associações de Desenvolvimento Local

2. APOIO TÉCNICO

3. MOBILIZAÇÃO DOS MEIOS FINANCEIROS

- Comunidade Europeia
- Administração central
- Autarquias
- Sector privado

1ª Actuação dos Principais Intervenientes:

- Coordenador do Programa
- Municípios Envolvidos
- Director do Parque Arqueológico
- Associações de Desenvolvimento Local

2ª Apoio Técnico

3ª Mobilização dos Meios Financeiros

7. Gestão das Expectativas

Dizia outro conhecido analista político que “o pior inimigo de um governante são as expectativas dos eleitores”.

E porventura assim é, pois a regra democrática de alternância levará a que um governante seja penalizado se os resultados apresentados não corresponderem às expectativas, por melhores que aqueles sejam em termos absolutos.

Mas o que pode ser válido para os governantes não o é, com certeza, para os cidadãos: não temos que fugir a criar expectativas se julgarmos, com bom senso, que os objectivos que nos propomos atingir estão ao nosso alcance.

E sobretudo se aceitarmos, à partida, que poderão *ou não* ser atingidos.

Em matéria de desenvolvimento regional o importante é que as populações acreditem e saibam:

- Saibam que podem dispor dos meios organizacionais, técnicos e financeiros necessários.
- Acreditem que, por esta via, poderão finalmente resolver problemas para os quais "*desesperavam*" de encontrar soluções.